



**A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário como forma de esvaziamento das políticas públicas de fomento à agroecologia no Brasil**  
*The extinction of the Ministry of Agrarian Development as a form of disabling agricultural development politics in Brazil*

PEDREIRA, Paulo Vitor Reis<sup>1</sup>; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha<sup>2</sup>;  
ROSA, Kaio Lucas da Silva<sup>3</sup>; MARTINS, Luiza Avelar<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha, pvrp\_92@hotmail.com<sup>1</sup>;  
dimitritoledo@hotmail.com<sup>2</sup>; kkaiorosa98@gmail.com<sup>3</sup>; luizaamartins@yahoo.com.br<sup>4</sup>

**Eixo temático: Políticas públicas e Agroecologia**

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar os desdobramentos que a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016 produziu nas políticas públicas de promoção da agroecologia. Para tanto, foi traçado um sucinto contexto histórico das políticas públicas de bases agroecológicas no Brasil. A metodologia utilizada foram pesquisas bibliográficas e a análise de dados orçamentários da pasta contidos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP. Ao longo da confecção deste resumo, verifica-se que nos últimos o discurso de enxugamento da máquina pública coloca em risco todas as conquistas sociais e políticas públicas de fomento e promoção do campesinato brasileiro.

**Palavras-chave:** Agroecologia; políticas públicas; agricultura familiar.

**Keywords:** Agroecology; public policies; family farming.

**Introdução**

O Brasil é reconhecido como um dos países que mais avançou na construção de políticas públicas para a agroecologia. “No Brasil, a perspectiva agroecológica tem sua origem no âmbito do debate sobre agriculturas alternativas que ganhou destaque a partir de meados dos anos 1980” (CAPORAL, PETERSEN, 2012, p. 66).

Conforme preleciona Nierdele *et. al* (2019), a incorporação da agroecologia nas políticas públicas foi resultado de interações entre movimentos sociais e redes de articulação da sociedade civil com o poder público. Ainda para Nierdele *et. al* (2019)

Em virtude da crescente capacidade de articulação em rede destes atores, eles conseguiram levar a agroecologia para dentro da agenda do Estado, impactando, sobretudo, os referenciais que orientaram a construção de políticas para a agricultura familiar (p. 272).

Com o início governo Lula, em 2003, constrói-se um ambiente institucional mais favorável à difusão das ideias agroecológicas. Ainda em 2003, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desta forma, teve início o processo de elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A PNATER voltou-se exclusivamente à agricultura familiar e aos agricultores atendidos pelas políticas de reforma agrária, determinando que as ações desenvolvidas deveriam estar



ancoradas em uma abordagem interdisciplinar, estimulando a adoção de metodologias participativas baseadas nos princípios da Agroecologia (BRASIL/MDA, 2004, p. 7). Os programas de compras institucionais também se tornaram importantes instrumentos nesse período. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE) garantiram disponibilização de recursos para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos com preços diferenciados acima do valor dos produtos convencionais (Canavesi, Moura e Souza, 2016)

Em 2012, a história das políticas públicas de promoção da agroecologia encontra seu ponto máximo com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instrumentalizada em 2013 pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO) e, em um segundo momento, pelo II PLANAPO em 2016. Segundo Rosetto (2015)

Para garantir a efetividade do Plano, foram criadas instâncias de gestão e coordenação: a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), composta por governo e sociedade civil, e a Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), instância do governo que faz o monitoramento e acompanhamento da implementação do Plano. (p. 24).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica previu, em sua primeira edição, um total de 125 ações e um investimento de R\$ 8,8 bilhões em atividades de fomento a agroecologia e produção orgânica, tendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário como seu principal coordenador.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada a fim de confeccionar este trabalho foram pesquisas bibliográficas objetivando evidenciar a trajetória brasileira na construção de políticas públicas para a agroecologia. Também foi alvo de estudos os dados orçamentários do Ministério do Desenvolvimento Agrário contidos no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo Federal (SIOP).

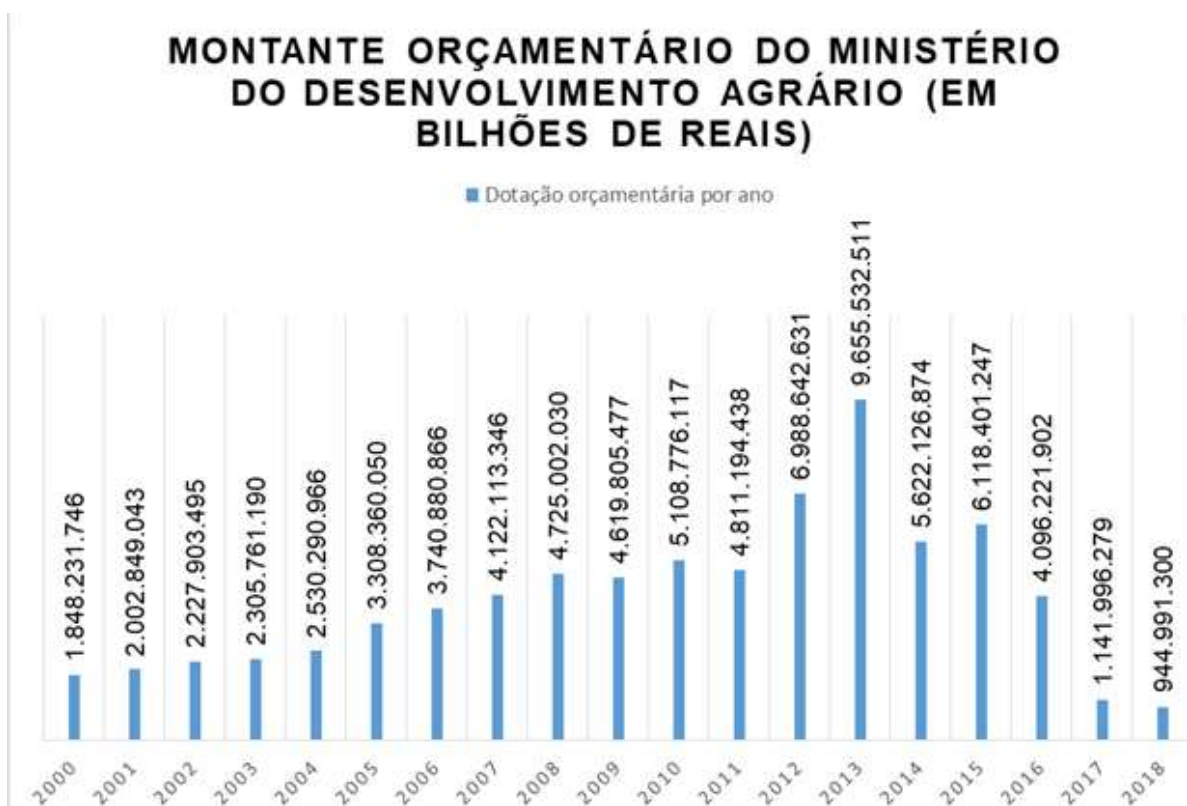
## **Resultados e Discussão**

Desde a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016 e o conseqüente rebaixamento da pasta ao status de secretaria, as políticas públicas de promoção a agricultura familiar sofreram severos cortes em seu montante orçamentário. Segundo a CONTAG (2016)

A extinção do MDA é um ato cruel que golpeia milhões de homens, mulheres e jovens da agricultura familiar, acampados e assentados de reforma agrária, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais que vivem nas regiões rurais e tinham, neste Ministério, a âncora para apresentar suas demandas específicas e resolver seus problemas econômicos e sociais.



Atualmente alocado como Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, o antigo MDA foi incorporado ao atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e vem sofrendo um processo crescente de esvaziamento de sua relevância orçamentária. O gráfico abaixo (Figura 01) evidencia o aporte de recursos destinados a pasta nos últimos 18 anos. Tendo os dados como análise, é possível observar uma abrupta redução nos seus recursos a partir de 2017. Isso se deve ao próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário ser transformado em uma secretaria, tendo assim reflexos nos recursos para sua manutenção bem como no orçamento das políticas públicas que gerencia.



**Figura 01.** Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2000 a 2018 (Dados: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo Federal –SIOP)

Se comparado o orçamento 2017, primeiro ano de atividades como secretaria ao de 2016 o extinto MDA apresentou uma restrição orçamentária de aproximadamente 66%. Nunca na história a pasta contou com tão poucos recursos. No ano de 2018 o montante orçamentário não chegou a um bilhão de reais, representando o menor orçamento desde sua instituição em 2000. Na contramão de garantidor do bem-estar social, os dados do gráfico acima evidenciam o descaso com que o Estado brasileiro vem tratando nos últimos anos os agricultores familiares e as políticas de inclusão orçamentária no campo. Mais do que isso, em prol de um discurso liberal observa-se um progressivo esvaziamento na importância e nos recursos destas políticas. A agricultura familiar se mostra a cada ano mais desamparada, no qual o mesmo não





ocorre com o agronegócio. Atualmente, há um conjunto de esforços estatais para alavancar ainda mais este setor como, por exemplo, com a anistia das dívidas dos grandes produtores rurais. Grisa (2017) evidencia ainda que diversas políticas públicas foram paralisadas ou minimizadas, sob a justificativa da necessidade de ajuste fiscal. O Programa de Aquisição de Alimentos que, em 2015, envolveu a aplicação de R\$ 555 milhões de reais caiu para R\$ 235 milhões em 2016 e, em 2017, movimentou cerca de R\$ 171 milhões. “O PAA e o PNAE têm gerado conflitos e ataques de setores do agronegócio, principalmente, por seu caráter inovador de gerar renda diretamente na propriedade, sem a necessidade de endividar e deixar o camponês na subordinação total ao mercado capitalista das *commodities*” (PAULA; GÓMEZ; TRACZ, 2017, p. 72).

Para além, Nierdele *et. al* aponta (2019)

A extinção das políticas de desenvolvimento territorial, a redução dos programas de extensão rural, o fim dos núcleos de agroecologia e a reestruturação da Embrapa são exemplos de uma profunda ruptura no que diz respeito ao reconhecimento da agroecologia como referencial de políticas públicas (p. 286).

## **Conclusões**

O modelo orientador do desenvolvimento rural e agrícola no Brasil demonstra notórios sinais de esgotamento. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica vinha ganhando espaço na disputa institucional pela consolidação de um novo modelo de agricultura fundado nos pilares da não-exploração do meio ambiente e fornecimento de alimentos saudáveis para a população. No entanto, as estruturas de governo e o orçamento destinado à política tem sofrido, nos últimos anos, de crescente fragilização e progressivas reduções. As profundas mudanças ocorridas no cenário político desde 2016 relacionadas ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff não nos permite elucidar futuros cenários no que concerne o campo das políticas públicas de base agroecológica. O II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por exemplo, é a representação da instabilidade desta matéria, que parece não ter o mesmo apoio dentro das atuais instâncias governamentais se comparado a governos passados.

Assim como a produção baseada nos preceitos agroecológicos conseguiu adentrar no campo das políticas públicas por meio da inquietação de movimentos populares e sociedade civil, fica evidente que a promoção de um novo padrão de desenvolvimento rural não se fará sem que esse desafio seja assumido pelo conjunto da sociedade de forma a suplantar no plano político a obstinada resistência da aliança entre os interesses das elites agrárias e o discurso liberal.

Impulsionar a agricultura familiar de base agroecológica é fomentar a segurança nutricional e o uso sustentável da terra. A rica biodiversidade deste sistema, no qual a produção de alimentos se dá em harmonia com a natureza, além das formas de organização em mercados próprios que promovem o desenvolvimento local dos



municípios são alguns dos vários benefícios que a agroecologia pode trazer tanto para o campo quanto para a cidade.

### Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SAF/DATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasil, maio de 2004.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário: 12 anos de transformações, lutas e conquistas**. Brasília, 2015. Acesso em 10 de junho de 2019. Disponível em <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/12%20anos.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/12%20anos.pdf)> Acesso em: 23 de maio de 2019

CANAVESI, F. C.; MOURA, I. F.; SOUZA, C. **Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia 6: p. 63-74, 2012

CONTAG, Contag: **Fim do MDA é esvaziar papel da agricultura familiar**, 2016. Acesso em 12 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/281151-8>> Acesso em: 05 de março de 2019

GRISA, Catia. **Transformações recentes nas políticas para a agricultura familiar no Brasil**, 2017. Acesso em 3 de julho de 2019. Disponível em <[http://fidamercosur.org/claeh/index.php?option=com\\_content&view=article&id=991:transforma%C3%A7%C3%B5es-recentes-nas-pol%C3%ADticas-para-a-agricultura-familiar-no-brasil&catid=34:experiencias-en-la-regi%C3%B3n&Itemid=215](http://fidamercosur.org/claeh/index.php?option=com_content&view=article&id=991:transforma%C3%A7%C3%B5es-recentes-nas-pol%C3%ADticas-para-a-agricultura-familiar-no-brasil&catid=34:experiencias-en-la-regi%C3%B3n&Itemid=215)>

NIERDELE, Paulo André *et. al.* **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 270 - 291, janeiro-abril, 2019

PAULA, Adriano Makux de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **Revista Pegada**. vol. 18 n.1. Abril. 2017